orgs.

Marciano Seabra de Godoi
Elisângela Inês Oliveira Silva de Rezende

volume 1

finanças públicas, igualdade e democracia

editora D'PLÁCIDO

Finanças Públicas, Igualdade e Democracia

volume 1

Finanças Públicas, Igualdade e Democracia

volume 1

Marciano Seabra de Godoi

Elisângela Inês Oliveira Silva de Rezende

[orgs.]

editora D'PLÁCIDO

Sumário

Apresentação 7

1. A Educação e o Direito: de mãos dadas na travessia de um Brasil acidentado 11
Elisângela Inês Oliveira Silva de Rezende

2. Apontamentos sobre o ensino-aprendizagem do Direito Tributário 39
Melody Araújo Pinto Furman

3. Estudos de gênero e democracia: o Supremo Tribunal Federal frente a "Ideologia de Gênero" 57
Lívia Maria Lucca Silva

4. As medidas desconstituintes da PEC do Pacto Federativo (Plano Mais Brasil) à luz da Constituição financeira 83
Ana Luiza Guim

5. A incompatibilidade entre os ideais neoliberais brasileiros e as atuais diretrizes internacionais sobre meio ambiente: um conflito interminável 101
Guilherme Augusto Parreiras de Castro

6. A política das *fake news* e da desinformação como instrumento de fortalecimento de governos autoritários 125
Gabriella Vêo Lopes da Silva
Lorrayne Kathleen Cordeiro

7. A titulação de terras invadidas e seus impactos na grilagem e no desmatamento da Amazônia: uma análise da MP 910/20 e o PL 2.633/20 149
Larissa Kattah Faleiro do Nascimento
Antonio José Ferreira Levenhagen

8. A judicialização da saúde: um estudo comparativo entre o município de Belo Horizonte e o Estado de Minas Gerais 175
Ana Paula Pires Lobato Rodrigues

9. O Banco Central frente ao panorama jurídico-institucional brasileiro: controvérsias na Autonomia e na Missão do Bacen 203
Lucas Narciso Pimenta Ricardo

Autores 229

Apresentação

Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida e olho meus companheiros.
Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande, não nos afastemos.
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Carlos Drummond de Andrade (Mãos Dadas)

Em 17 de abril de 2016, o plenário da Câmara dos Deputados aprovou por larga margem de votos a instauração do processo de impeachment presidencial, numa sessão que entrou para a história pelas numerosas manifestações explícitas e desinibidas de truculência, obscurantismo, hipocrisia e estupidez. Deputadas e deputados mandaram às favas os fundamentos jurídicos do processo (ligados a questões de direito financeiro) e justificaram seus votos em altos brados em nome da "paz de Jerusalém", do "verde do mar de Angra dos Reis". Em tom de irrisão, pilhéria e sarcasmo, parlamentares estouraram tubos de serpentina e dedicaram seus votos gozosos a torturadores do regime militar, à "morena mais linda do Brasil", à luta dos "homens de bem" contra supostas propostas comunistas de que "crianças troquem de sexo".

Aquele espetáculo grotesco era um sinal claro de que o país, a sociedade, as instituições haviam cruzado uma linha perigosa rumo ao cinismo e ao autoritarismo. Não deixei que aquela sessão de horrores

me deprimisse ou me desanimasse. Realizei um exame de consciência sobre o que eu poderia fazer concretamente como cidadão e professor universitário para lutar contra a onda de retrocesso social e democrático que àquela altura já se levantava perigosamente sobre o país. Concluí que minha atividade docente na graduação estava excessivamente concentrada na sala de aula, onde desde 1999 leciono disciplinas de Direito Tributário, com pouco espaço para uma interação mais efetiva, sincera e holística com as alunas e alunos.

Decidi então fazer um movimento de expansão de minhas fronteiras acadêmicas para novos espaços de discussão, debate, formação e pesquisa numa visão mais alargada da tributação e das finanças públicas inseridas no quadro geral das políticas públicas e da democracia. O ambiente arejado, progressista e socialmente engajado da PUC Minas e da Faculdade Mineira de Direito favoreceu esse movimento, apoiando-o e valorizando-o.

Decidi também integrar nesse ambiente expandido e enriquecido as investigações que desenvolvo junto a mestrandos e doutorandos no Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas, na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas e nos projetos de pesquisa Cidadania e Políticas Públicas e Desenvolvimento Econômico, Igualdade e Finanças Públicas Brasileiras.

Compareci a várias salas de aula e divulguei entre as alunas e alunos da graduação, das pós-graduação *lato sensu* e do mestrado-doutorado a formação de um Grupo de Pesquisa intitulado Finanças Públicas, Igualdade e Democracia. Em maio de 2016 ocorreu nossa primeira reunião, com aproximadamente 20 alunas e alunos interessados, engajados, dispostos a dialogar, aprender e também ensinar. Ao longo dos anos, o número de integrantes variou, mas um núcleo ao redor de 15 pessoas permanece fortemente engajado e empolgado com as atividades do Grupo.

O Grupo de Pesquisa foi registrado em 2016 no Diretório do CNPq com a seguinte descrição: "o grupo tem por objetivo investigar e avaliar criticamente, à luz das teorias contemporâneas sobre finanças públicas, democracia e igualdade, os aspectos estruturais e a política conjuntural da atividade financeira do Estado brasileiro, numa postura propositiva e participativa de engajamento em atividades de conscientização e educação fiscal".

Desde o início o foco dos estudos e discussões foi o das finanças públicas e sua relação com o desenvolvimento socioeconômico, mas outros assuntos atuais e relevantes ligados às políticas públicas e aos direi-

tos fundamentais também mobilizam os integrantes do Grupo (como a disseminação de *fake news*, os projetos autoritários e reacionários do tipo "Escola Sem Partido", o racismo estrutural, a falácia da meritocracia etc.).

Após um período inicial de 2 anos de muita leitura e formação de massa crítica entre os membros do Grupo em reuniões que se estendiam pela manhã e pelo início da tarde de dois sábados no mês, os integrantes do Grupo entenderam que era o momento de avançar e levar às escolas públicas da educação básica em Belo Horizonte a oferta de sessões breves sobre noções de cidadania fiscal. Desenvolvemos cuidadosamente materiais didáticos e então procuramos os gestores das escolas públicas para oferecer nossos préstimos. Fomos muito bem recebidos pelos gestores das escolas e pelos seus alunos.

O contato com as crianças e adolescentes do ensino fundamental foi tocante, marcante, inesquecível. Nenhum membro do Grupo de Pesquisa ficou indiferente à emoção de estar ali com as crianças do Brasil – em sua maioria muito pobres – e sentir de perto suas dificuldades, suas potencialidades, seus anseios. A emoção aumentou quando passamos a ter contato, em aulas noturnas, com as alunas e alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A recepção foi calorosa, a experiência e sabedoria de vida daquelas pessoas – alguns deles moradores de rua – nos impressionou.

Não é nenhuma retórica falaz afirmar que os membros do Grupo aprenderam muitas coisas com as alunas e alunos da Educação de Jovens e Adultos, o que fez com que comprovássemos de uma forma genuína e marcante o que Paulo Freire defende em suas obras sobre a educação, obras que o Grupo naturalmente incluiu em suas leituras de formação.

Os temas da educação e cidadania fiscal, bem como dos desafios da política pública da educação básica em geral no Brasil foram integrados aos objetos de pesquisa de minhas orientações no Programa de Pós-graduação em Direito, integrando as dimensões da graduação, da pós-graduação e da extensão universitária.

Do final de 2018 ao início de 2020, os membros do Grupo de Pesquisa tiveram experiências concretas ministrando aulas e palestras na educação básica e de jovens e adultos de Belo Horizonte e Contagem sobre temas gerais (Educação Fiscal) e específicos (reforma da previdência social, reforma na legislação sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Quando nos primeiros meses de 2020 nos preparávamos para fazer intervenções também no ensino médio de escolas particulares de Belo Horizonte, eclodiu a pandemia do coronavírus e infelizmente não

foi mais possível ir ao encontro dos alunos, o que gerou certa frustração e mesmo saudade daquela primeira experiência tão marcante.

Temporariamente suspensas as atividades de intervenção na educação básica, e já tendo sido vencida a etapa inicial de formação de massa crítica, o Grupo decidiu investir suas forças e energias no desenvolvimento de estudos monográficos de seus membros, individuais ou em dupla, que pudessem ser posteriormente reunidos em livro, marcando o primeiro produto acadêmico formal do Grupo de Pesquisa, já registrado desde 2016 no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

O volume que o leitor tem em mãos é a concretização desse projeto, reunindo 9 estudos de membros do Grupo de Pesquisa (advogadas e advogados, mestrandas e mestras egressas do Programa de Pós-graduação em Direito da PUC Minas na linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas, destacados bacharéis em direito cuja orientação do trabalho de conclusão de curso foi feita por mim na Faculdade Mineira de Direito).

No primeiro desses estudos o leitor encontrará um histórico da formação do Grupo e um detalhado relato sobre suas atividades, especialmente em relação ao movimento em direção às escolas do ensino básico e de educação de jovens e adultos. Os demais estudos se referem a temas específicos aos quais o Grupo dedicou atenção ao longo dos últimos anos. A maioria dos temas, como é natural, está ligada às finanças públicas, ao direito tributário e financeiro, ao direito econômico e ao direito ambiental. Contudo, temas importantes que tocam de perto as bases da democracia e dos direitos fundamentais também são tratados (Escola sem Partido, Ideologia de Gênero, Fake News).

O Grupo Finanças Públicas, Igualdade e Democracia há de ter vida longa e produzir muitos frutos, por isso a indicação de que este é o *Volume I* de uma série que ainda está por vir. Que este livro possa dar mais visibilidade ao Grupo de Pesquisa, e atrair muitas pessoas com espírito democrático, valores humanistas e disposição cívica verdadeira para lutar contra os graves retrocessos sociais e civilizatórios que ameaçam o país e o mundo atual.

Belo Horizonte, dezembro de 2020

Marciano Seabra de Godoi
Professor da Faculdade Mineira de Direito da PUC Minas;
Coordenador e Professor do Programa de Pós-graduação
em Direito da PUC Minas

Este livro reúne estudos de membros do Grupo de Pesquisa Finanças Públicas, Igualdade e Democracia, vinculado à PUC Minas. O Grupo registrado no CNPq e em atividades desde 2016 se destina a investigar e avaliar criticamente os aspectos estruturais e a política conjuntural da atividade financeira do Estado brasileiro, numa postura propositiva e participativa de engajamento em atividades de conscientização e educação fiscal.

No primeiro estudo o leitor encontrará o histórico da formação do Grupo e um relato sobre suas atividades, especialmente em relação ao seu movimento recente em direção às escolas do ensino básico e à educação de jovens e adultos em Belo Horizonte e região. Os demais estudos se referem a temas específicos aos quais o Grupo dedicou atenção ao longo dos últimos anos, a maioria deles vinculada às finanças públicas, ao direito tributário e financeiro, ao direito econômico e ao direito ambiental.

editora D'PLÁCIDO

Finanças Públicas IGUALDADE & DEMOCRACIA